



Revista Internacional de Folkcomunicação
ISSN: 1807-4960
revistafolkcom@uepg.br
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

Silva, Whodson; Fialho, Vânia
Povos e Comunidades Tradicionais em confronto com
megaprojetos energéticos no Sertão de Pernambuco
Revista Internacional de Folkcomunicação, vol. 18, núm. 40, 2020, -Junio, pp. 143-164
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5212/RIF.v.18.i40.0009>

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=631765936010>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

Povos e Comunidades Tradicionais em confronto com megaprojetos energéticos no Sertão de Pernambuco

Whodson Silva¹
Vânia Fialho²

Submetido em: 10/05/2020

Aceito em: 26/05/2020

RESUMO

O Sertão de Pernambuco é um campo etnográfico denso para compreender as dinâmicas e tensões existentes entre os Povos e Comunidades Tradicionais e a atuação de grupos de poder do setor energético brasileiro. Desde 1970 enumera a construção de megaprojetos de desenvolvimento do Estado, entre esses, o de construção de uma central nuclear com seis usinas nucleares às margens do Rio São Francisco. A instalação de empreendimentos nessa região está imbricada em relações históricas, econômicas e de poder. Estudar tal campo social implica, nesse sentido, problematizar as interações, heterogeneidades e os diferentes atores, forças, discursos e instituições que compõe tais contextos. Queremos, no entanto, chamar à atenção para as ações políticas que os Povos e Comunidades Tradicionais formulam na intenção de assegurar as existências coletivas. As cartografias sociais elaboradas por esses agentes, nessa direção, tem possibilitado compreender reivindicações à ideia de desenvolvimento que invisibiliza os grupos sociais atingidos, consistindo no que analiticamente definimos como repertório confrontacional. A partir da perspectiva etnográfica buscamos problematizar um contexto social em que é possível visualizar o acirramento de políticas governamentais que impulsionam a implantação de megaprojetos, violam direitos sociais e humanos e impactam o meio ambiente em escalas sem precedentes.

PALAVRAS-CHAVE

Povos e Comunidades Tradicionais; Confronto Político; Central Nuclear do Nordeste; Cartografia Social.

¹ Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integra o Projeto Nova Cartografia Social - núcleo Pernambuco e é professor do curso de Especialização em Educação Intercultural: Indígenas e Quilombolas do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, campus Floresta. Correio eletrônico: whodsoon@gmail.com.

² Professora adjunta da Universidade de Pernambuco e professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Coordena o Núcleo de Pernambuco do Projeto Nova Cartografia Social. Correio eletrônico: vania.fialho@live.com.

Traditional People and Communities in contentious with energy megaprojects in the Sertão of Pernambuco

ABSTRACT

The Sertão de Pernambuco region is a dense ethnographic context to understand the dynamics and tensions that exist between Traditional Peoples and Communities and the performance of power groups in the Brazilian energy sector. Since 1970, this region has listed the construction of megaprojects for the development of the State, including the construction of a nuclear power station with six nuclear plants on the banks of the São Francisco River. The installation of enterprises in this region is intertwined in historical, economic and power relations. Studying this such a social field implies, in this sense, problematizing the interactions, heterogeneities and the different actors, forces, discourses and institutions that compose such contexts. We want, however, to draw attention to the political actions that the Traditional Peoples and Communities formulate with the intention of ensuring collective existences. The social cartographies elaborated by these agents, in this direction, have made it possible to understand claims to the idea of development that makes the affected social groups invisible, consisting of what we analytically define as confrontational repertoire. From the ethnographic perspective, we seek to problematize a social context in which it is possible to see the intensification of government policies that drive the implementation of megaprojects, violate social and human rights and impact the environment on unprecedented scales.

KEY-WORDS

Traditional People and Communities; Contentious Politics; Northeastern Nuclear Plant; Social Cartography.

Pueblos y Comunidades Tradicionales en confrontación com los megaproyectos en el Sertão de Pernambuco

RESUMEN

El Sertão de Pernambuco es un campo etnográfico muy denso para comprender las dinámicas y las tensiones que existen entre los pueblos y comunidades tradicionales y el desempeño de los grupos de poder en el sector energético brasileño. Desde los años de 1970, han enumerado la construcción de megaproyectos para el desarrollo del Estado, incluyendo la construcción de una central de energía nuclear con seis plantas nucleares en las orillas del río São Francisco. La instalación de empresas en esta región se entrelaza en las relaciones históricas, económicas y de poder. Estudiar este campo social implica, en este sentido, problematizar las interacciones, las heterogeneidades y los diferentes actores, fuerzas, discursos e instituciones que componen dichos contextos. Sin embargo, queremos llamar la

atención sobre las acciones políticas que los Pueblos y Comunidades Tradicionales formulaan con la intención de asegurar existencias colectivas. Las cartografías sociales elaboradas por estos agentes, en esta dirección, han permitido comprender las afirmaciones de la idea de desarrollo que hace invisibles a los grupos sociales afectados, que consisten en lo que analíticamente definimos como repertorio de confrontación. Desde una perspectiva etnográfica, buscamos problematizar un contexto social que sea posible ver la intensificación de las políticas gubernamentales que impulsan la implementación de megaproyectos, violan los derechos sociales y humanos e impactan el medio ambiente en escalas sin precedentes.

PALABRAS-CLAVE

Pueblos y Comunidades Tradicionales; Confrontación Política; Planta de Energía Nuclear del Noreste; Cartografía Social.

Introdução

O debate sobre o confronto de Povos e Comunidades Tradicionais com megaprojetos energéticos no Sertão de Pernambuco integra uma agenda de pesquisas do núcleo Pernambuco do Projeto Nova Cartografia Social. Esses estudos têm evidenciado como os efeitos da ação do Estado, por meio de políticas desenvolvimentistas, vêm impactando os agentes sociais que vivem nas áreas atingidas pelas chamadas obras de infraestrutura, particularmente voltadas para a produção de energia³. Ao mesmo tempo, tais estudos estão atentos às transformações do Estado e suas consequências na conformação de novos conflitos.

O Sertão de Itaparica, uma entre as doze Regiões de Desenvolvimento (RD) do estado de Pernambuco⁴, desde os anos de 1970 enumera a construção de diferentes empreendimentos consorciados pelo setor elétrico brasileiro, que configuram um cenário político de investimentos de poderosos atores, controladores de capitais nacionais e internacionais, tal como de incalculáveis violências nas relações sociais e ambientais onde são instalados.

³ Ver Projeto Nova Cartografia Social (2019); Vieira et. al. (2019).

⁴ Conforme legislação estadual, nº 13.306 de 2007, uma RD agrupa municípios a partir das características socioeconômicas e geográficas (localização, clima, relevo, etc.) mais fortes. Estão circunscritos na RD do Sertão de Itaparica os seguintes municípios: Belém do São Francisco, Carnaúbeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia, Tacaratu. A classificação de RD do Estado possibilita-nos compreender que essa divisão regional está articulada a uma estratégia de aplicação de investimentos de iniciativa privada, consorciados pelo Estado.

Nesse complexo campo, estruturam-se arenas de negociações de poder que se dão à revelia dos atingidos por tais obras, entre os quais estão os grupos que se reconhecem como indígenas e quilombolas, foco de nossa atenção. São estes que têm denunciado um conjunto de assédios que incide na violação de dispositivos legais, que lhes asseguram informação, consulta e participação em decisões que possam afetar seus bens e direitos.

Interessa-nos neste trabalho destacar como tais agentes, organizados em unidades de mobilização, têm se colocado na contramão de políticas desenvolvimentistas, não em um sentido maniqueísta de que os Povos e Comunidades Tradicionais não querem desenvolvimento ou que são empecilhos para tal, mas de que entendem que o desenvolvimento, tal qual está posto, é arbitrário, não atende seus interesses, infringe direitos sociais e ambientais, entre outros elementos invisibilizados, assim como esses grupos, nas arenas de negociação dos megaprojetos energéticos.

Analiticamente, o confronto político se apresenta como uma oportuna chave de compreensão da emergência de mecanismos e formas de resistência à instalação de novos empreendimentos, já que direciona-nos a atentar para a capacidade de agência dos indivíduos em suas mobilizações sem desconsiderar os constrangimentos históricos e sociopolíticos que cerceiam as oportunidades de ação coletiva.

A etnografia do confronto político, nessa direção, nos tem possibilitado esmiuçar o que definimos como “campo social da decadência”, para situar um bojo de relações e interações ancoradas e atravessadas por iniquidades históricas, econômicas e de poder que estruturam as arenas de negociação dos megaprojetos. O Sertão, nesse campo, é perversamente circunscrito como demograficamente vazio e miserável, e daqui parte um estratégico argumento estatal para intervir em uma região naturalizada como carente de investimentos mundializados.

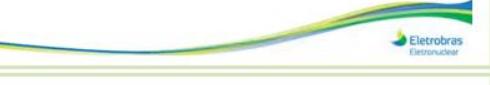
Indígenas e quilombolas, em resposta à intenção de construção de novos empreendimentos, têm criativamente estabelecido um repertório confrontacional que denuncia as desigualdades nas disputas pelo acesso, controle e usos do Rio São Francisco. Compreendemos que as ações, negociações e conflitos sociais engendrados nesse campo exprimem interações amplas com o ambiente, como exemplificaremos no caso da projeção de uma central nuclear às margens do Rio São Francisco.

É nesse contexto que as cartografias sociais elaboradas por esses agentes os têm induzido a formularem ações políticas que se utilizam do próprio mapa como mecanismo de visibilização coletiva, contrariando os mapas do planejamento energético que registram a região como populacionalmente dispersa. Estar no mapa, como apresentaremos, revela relações de poder simbólico e territorial e as consequentes luta por direitos, entre os quais está o de reconhecimento da biodiversidade existente.

Os Povos e Comunidades Tradicionais têm possibilitado a canalização de ações coletivas para a esfera pública, que indicam ao restante da sociedade os problemas sociais e ambientais fomentados por megaprojetos no Sertão de Pernambuco. Destacaremos, assim, algumas das dinâmicas e tensões surgidas nesse campo para problematizarmos como as políticas de desenvolvimento energético têm negligenciado os agentes sociais atingidos.

O campo social da decadência

Figura 1 – Folhas 39, 44, 65 e 66 do Projeto “A Central Nuclear do Nordeste”

Proteção do meio ambiente <ul style="list-style-type: none">➤ O local do sítio é distante de zonas de população elevadas, mas suficientemente próximas para receber mão de obra da região. 	Desenvolvimento sócio econômico  
Caso tivéssemos falhado na decisão de empreender <ul style="list-style-type: none">➤ A mais absoluta, degradante e vergonhosa miséria continuaria a existir, talvez por outros milhares de anos, numa vasta área não mais distante do que 300 Km daqui. 	Status nos últimos 5.000 anos continuará assim nos próximos 5.000 anos? 

Fonte: Eletronuclear⁵

⁵ O Projeto “A Central Nuclear do Nordeste” trata-se da apresentação, em formato de slides, do projeto de construção de um complexo de usinas nucleares na região denominada de “Belém de São Francisco”. Estava

“A mais absoluta, degradante e vergonhosa miséria continuaria a existir, talvez por outros milhares de anos, numa vasta área não mais distante do que 300 km daqui [em referência à capital Recife]”. Esse é o argumento de planejadores⁶ para, ao menos, se convencerem de que o Sertão de Pernambuco é a região mais bem avaliada para construir uma central nuclear com seis usinas nucleares, totalizando a capacidade de 6.600 *megawatts* e um investimento de 30 bilhões de dólares em um período de dez anos⁷.

Mesmo que empiricamente encontre-se uma numerosa existência histórica, material e simbólica de Povos e Comunidades Tradicionais nessa região, os planejadores da Eletronuclear têm argumentado que o sítio pleiteado é vazio, degradante e miserável. Em audiência pública, realizada em outubro de 2019, os mesmos equipararam os riscos do complexo nuclear com os riscos da queda de um avião, e ainda afirmaram que as pessoas já estão expostas diariamente às radiações nucleares, pois comem bananas e essas têm Potássio-40, que é um isótopo radioativo⁸.

Um vocabulário hostil que transfigura decisões políticas em pareceres técnicos nunca divulgados, e, se disponibilizados, posteriormente excluídos⁹. Banalização, em seu sentido mais estrito, dos riscos na operação de um empreendimento de natureza nuclear. Num joguete de inversões, os planejadores argumentam que os riscos localmente existentes são maiores dos que viriam a coexistir, e que a distância de zona populacional elevada, entendida como “proteção do meio ambiente”, controversamente se conformaria com a mão de obra no local.

Geração de emprego e renda, desenvolvimento, dinheiro... São repetidas palavras utilizadas para ludibriar uma população que, em barganha, poderia usufruir de ruas asfaltadas, hospital de ponta e outros ditos benefícios que, em verdade, são direitos

até julho de 2018 disponível no site da Eletronuclear e o acesso se dava a partir do link: <http://www.eletronuclear.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=V-YqhiUeb10%3D&tabid=347>. [Acesso em 11 mar. 2018].

⁶ Utilizamos “planejadores” como uma categoria genérica para situar um grupo de diferentes atores que tem se somado a um organizado movimento em defesa da construção da Central Nuclear do Nordeste no Sertão de Pernambuco, entre esses estão engenheiros responsáveis pelo projeto, estudiosos do tema nuclear, deputados estaduais de Pernambuco e empresários.

⁷ Notícia intitulada: “Usina nuclear em Itacuruba volta ao debate do governo de Pernambuco”. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2019/10/19/usina-nuclear-em-itacuruba-volta-ao-debate-do-governo-de-pernambuco-390897.php>. [Acesso em 26 out. 2019].

⁸ Audiência realizada na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), convocada pela Comissão de Ciência e Tecnologia desta Assembleia.

⁹ Refiro-me ao próprio projeto “A Central Nuclear do Nordeste” excluído do site da Eletronuclear em 2018.

axiomáticos destes. Um perverso discurso de que a “energia nuclear é sinônimo de prosperidade para o sertão”¹⁰ tem reproduzido a leitura de um atraso regional sertanejo, subjugando Povos e Comunidades Tradicionais como tecnicamente ignorantes, e que por isso, carecem de projetos ditos “modernizantes”, designados pela tecnologia avançada, prosperidade material e estabilidade política.

Através dessa diretriz, o Sertão de Itaparica tem se constituído, desde os anos de 1970, em uma área de interesse de grupos de poder que vulgarizam mecanismos de sujeitá-lo como um campo social da decadência, calcado na visão de um lugar vazio e carente de megaprojetos que motorizem o desenvolvimento regional.

Figura 2 – Megaprojetos energéticos no Sertão de Itaparica – PE

- Usina hidrelétrica Luiz Gonzaga**
Também conhecida como UHE de Itaparica / Barragem de Itaparica, está localizada a 25 km da jusante do município de Petrolândia (PE). O empreendimento foi construído pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e está em operação desde 1988, quando inundou os municípios de Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco, e o município de Rodelas, na Bahia. Em consequência, Povos e Comunidades Tradicionais foram deslocados compulsoriamente para municípios reconstruídos ou para projetos de reassentamento espalhados na região.
- Paque híbrido de energia eólica e solar**
Localizado no município de Tacaratu se sobrepondo em parte da Terra Indígena Entre Serras Pankararu. O Governo de Pernambuco realizou, em dezembro de 2013, um leilão de energia solar, onde a multinacional italiana Enel Green Power saiu vencedora. A mesma empresa já havia vencido o 12º leilão de Energia Nova promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o que possibilitou a construção do “Complexo Fonte dos Vents”, um parque de geração eólica. Assim, o parque híbrido, inaugurado em setembro de 2015, se dá por meio da junção de dois projetos da mesma empresa, sendo considerado o primeiro parque híbrido de energia renovável do país.
- Central Nuclear do Nordeste**
Projeto de construção de um complexo nuclear com capacidade de 06 reatores nucleares a serem instalados nas margens do Rio São Francisco, em sítio localizado no município de Itacuruba (PE). A central teria a capacidade de produção de 6.600 MWe e a intenção de investimento de R\$ 64,404 bilhões. O projeto “A Central Nuclear do Nordeste”, divulgado em 2011 pela Eletronuclear, previa o início de operação da primeira usina em 2022 e a última em 2030. O projeto também previa a criação das usinas em um prazo de 05 anos, inspirados no projeto da Sanmen Nuclear Power Station – em Zhejiang, China.
- Linhos de transmissão da CHESF**
A presença do sistema de transmissão de energia tem provocado constantes conflitos entre instituições de produção energética e Povos e Comunidades Tradicionais. Entre as causas está o fato das linhas de transmissão atravessam terras tradicionalmente ocupadas. Nesse sentido, há que destacar que o empreendimento de transmissão de energia se configura como um dos megaprojetos que revelam dinâmicas e tensões na região estudada. Faz parte, portanto, da lógica do sistema energético que é integrar geração – transmissão – distribuição.

Fonte: Silva e Fialho (2018) [adaptado]¹¹.

¹⁰ Notícia intitulada: “Energia nuclear: sinônimo de prosperidade do Sertão!”. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/opiniao/2019/09/energia-nuclear-sinonimo-de-prosperidade-do-sertao.html>. [Acesso em 26 out. 2019].

¹¹ Ademais os megaprojetos mencionados, a RD de Itaparica é cortada pelo eixo leste da Transposição do Rio São Francisco, sendo esse Rio extensivamente impactado nessa região pela ação das empresas

Compreendemos o “campo” como uma a série de relações e interações baseadas em valores específicos e práticas que operam em dado contexto, como define Bourdieu (2003). Heterogêneo por definição, o campo é composto por diferentes atores, forças, discursos e instituições. O conceito de decadência, por outro lado, é apresentado por Almeida (2008) no estudo sobre a “decadência da lavoura” registrada no Maranhão no transcurso do século XIX, o autor demonstra como a região maranhense é interpretada e cristalizada como atrasada e vazia, onde tal decadência torna-se justificativa de um desenvolvimento que desconsidera agentes sociais que agregam valor diferenciado ao território.

O campo social da decadência, em nossa análise, se constitui na produção deliberada e politicamente intencionada de relações e interações ancoradas em iniquidades históricas, econômicas e de poder. A compreensão do imaginário que é criado sobre esse lugar, o Sertão – e não como os “Sertões” em suas pluralidades e sociodiversidades – funda a naturalização desse campo social da decadência. Não é preciso fazer muitos esforços para identificar a reprodução do Sertão como um lugar atrelado à seca e à pobreza; essas imagens se sobrepõem a uma série de outras realidades, quando registradas, nos projetos de desenvolvimento para tal região.

Assinalamos, nessa direção, que o campo social da decadência tem estruturado as arenas de negociação dos megaprojetos energéticos no Sertão de Pernambuco que, a sua vez, referem-se aos ambientes onde o Estado, à revelia dos atingidos, tem consorciado¹² diferentes atores, controladores de capital nacional e internacional, na configuração de negociações de poder politicamente estruturadas. No sentido categórico mais amplo, a arena enfatiza o processo político não como um todo integrado, mas como uma série de múltiplas negociações entre os grupos participantes (FIALHO, 2016).

multinacionais de piscicultura, como a espanhola Pesca Nova. Existe também uma significativa quantidade de áreas de pesquisa e de exploração de minérios na região (cascalho, granito, quartzito, calcário, bentonita, titânio, mármore, cobre, carvão mineral, minério de ferro e minério de ouro), como apresentamos em Nascimento, Fialho e Silva (2019).

¹² Segundo Ribeiro (2008, p.115) a consociação é “um processo político comandado por grupos de poder que operam em níveis mais elevados de integração. É um encadeamento que – mediante a organização de novas entidades orientadas a tarefas econômicas e administrativas – une, de fato, dentro de um projeto, instituições e capitais internacionais, nacionais e regionais. É uma forma de reforçar relacionamentos capitalistas de modo piramidal, em que níveis mais elevados hegemonizam níveis mais baixos. O consórcio é a entidade social, econômica, e política concreta que articula diferentes grupos de poder.

Como reação à invisibilidade de Povos e Comunidades Tradicionais nas arenas de novos empreendimentos, o estabelecimento de um situado confronto político urge como uma construção argumentativa que tem visibilizado realidades tornadas ausentes pela omissão e silêncio. Estes renunciam as interferências de políticas desenvolvimentistas por entenderem que o resultado é a alienação final das pessoas de suas terras e do rumo de suas vidas.

As formulações de Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2009) – que complexificam a discussão da tríade teórica “movimentos sociais, revolução e ação coletiva” – possibilita-nos compreender o confronto político como uma interação coletiva, na medida em que envolve confronto, ou seja, faz reivindicações vinculadas a outros interesses; e que ao menos um grupo da interação, incluindo terceiros, é um governo, isto é, uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados num território definido.

A etnografia do confronto, como delineada em Silva (2019), tem possibilitado problematizar as diferentes posições de domínio que ancoram as atualizadas disputas entre Povos e Comunidades Tradicionais e o Estado. A etnografia possibilita esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo social à sua volta, o que fazem ou o que está acontecendo em termos que tenha sentido e que ofereça um panorama complexo do campo estudado. Desse modo, a perspectiva etnográfica aqui delineada tenta apreender como as dinâmicas da instalação de megaprojetos energéticos são percebidas e respondidas localmente.

“Matutos”, “desinformados” e “ignorantes” são alguns dos adjetivos utilizados por planejadores para negar e desfocar a existência de Povos e Comunidades Tradicionais nessa região do Sertão. Em contrapartida, estes elencam um repertório confrontacional que têm denunciado as violações de direitos humanos e demonstrado como, nos contextos locais, se produzem estratégias de autonomia e resistência.

O repertório confrontacional de Povos e Comunidades Tradicionais

O mais incrível de tudo quando a gente abria o plano que eles elaboraram [projeto A Central Nuclear do Nordeste], era a gente ver a forma que eles tratavam nosso município. O mapa que tem lá não existe nem pessoas, como se ninguém morasse, um deserto, então se não aceitar a usina, o resultado é aquilo: um deserto, só chão, terra batida!

(Lucélia Leal - Povo Pankará. Depoimento realizado em oficina do Projeto Nova Cartografia Social em mai. 2018) [grifo nosso].

A interpretação desse lugar por meio de inexistências tem se alinhado a outro processo de desfiguração de Povos e Comunidades Tradicionais no Sertão de Pernambuco, o da produção de estigmas. A “invisibilidade e o estereótipo”, como sugere Friedemann (1984), são dois elementos que se combinam em um duplo movimento de desmoralização dos agentes nas arenas de negociações dos megaprojetos.

Entendemos que a invisibilidade se coloca como uma estratégia de domínio, que se apoia na negação da atualidade e das formações históricas de Indígenas e Quilombolas nessa região. A invisibilidade supõe um silenciamento expresso no desprezo do reconhecimento destes como sujeitos de direito. A sua vez, o estereótipo se refere a imagens caricaturadas, simplificantes e descontextualizadas do quilombola e do indígena. Como afirma Restrepo (2016), é uma visibilização que oculta, pois projeta e reproduz prejuízos racistas.

Ambas as noções indicam mecanismos de negar e desfocar as presenças e existências de Povos e Comunidades Tradicionais na história e no tempo presente.

Figura 3 – Indígenas e Quilombolas no Sertão de Itaparica – PE

Comunidade	Município
Indígenas	
1. Atikum	Carnaubeira da Penha
2. Pankararu	Jatobá, Petrolândia e Tacaratu
3. Pankararu de Entre Serras	Jatobá, Petrolândia e Tacaratu
4. Pankaiuká	Jatobá
5. Pankará da Serra do Arapuá	Carnaubeira da Penha
6. Pankará no Serrote dos Campos	Itacuruba
7. Pipipá	Floresta
8. Kambiwá	Floresta
9. Tuxi	Belém de São Francisco
10. Tuxá Campos	Itacuruba
11. Tuxá Pajeú	Itacuruba
Quilombolas	
1. Borda do Lago	Petrolândia
2. Filhos do Pajeú	Floresta
3. Ingazeira	Itacuruba
4. Negros de Gilu	Itacuruba
5. Negros do Pajeú	Floresta
6. Poco dos Cavalos	Itacuruba
7. Raízes do Pajeú	Floresta
8. São Gonçalo	Carnaubeira da Penha
9. Tiririca	Carnaubeira da Penha

Fonte: Nascimento, Fialho e Silva (2019).

A noção de “Povos e Comunidades Tradicionais” denota como esses coletivos, organizados em movimentos sociais, açãoam identidades sociopolíticas que extrapolam a categoria analítica de camponês.

[...] uma unidade social que era classificada como ‘comunidade camponesa’, é vivida agora por seus integrantes e pode ser interpretada como ‘comunidade remanescente de quilombo’, como ‘comunidade indígena’, ou seja, como ‘comunidade tradicional’, incorporando atributos identitários e autodefinições, bem como formas distintas de reconhecimento pelo Estado e de redistribuições, sendo vista pelos seus próprios membros como uma unidade social peculiar, constituída por um processo histórico e uma ‘tradição inventada’¹³, e não apenas e tão somente como uma ‘comunidade camponesa’, analiticamente definida (ALMEIDA, 2017, p. 42).

A presença dos Povos e Comunidades Tradicionais no Sertão de Pernambuco, aqui em especial os que se reconhecem enquanto Indígenas e Quilombolas, designa uma ampla rede de relações que compõe as dinâmicas socioculturais e continuidades históricas nessa região. “Estamos aqui!”, “Sempre estivemos!” são afirmações que evidenciam as existências coletivas e as consequentes estratégias de resistência política para que essas diversificadas formas de existir sejam garantidas.

O que James Scott (2002) conceituou como “formas cotidianas de resistências” é particularmente importante para demonstrar que o confronto com megaprojetos não se expressa somente em manifestos, protestos e batalhas mais rápidas, mas também num bojo de lutas pulverizadas no dia a dia de pessoas que, imersas em suas dinâmicas, encontram obstáculos para a ação coletiva e organizada, sendo as resistências cotidianas muitas vezes a única opção disponível.

Na mesma direção, mas em plano paralelo, outras formas de resistência de Povos e Comunidades Tradicionais tem se expressado mediante “unidades de mobilização” que, segundo Almeida (2004), refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador do Estado – por meio de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou de ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura.

É dizer que diferentes Povos e Comunidades Tradicionais nessa região têm conduzido mobilizações sociais em uma direção comum na esfera do confronto político com megaprojetos energéticos. Nosso argumento é de que esse conjunto de formas de ação política, surgidas em meio ao confronto, tem configurado um “repertório confrontacional”,

¹³ Em referência à Hobsbaw que afirma que certamente as tradições são verdadeiras, embora inventadas, já que expressam uma identidade política construída em determinada situação histórica.

como sugere Tilly (2008 *apud* ALONSO, 2012, p. 31), isto é, “no interior de um limitado conjunto [o repertório], os atores escolhem quais peças irão encenar aqui e agora, e em qual ordem”.

Denúncias, cartas, manifestações públicas e cartografias sociais estão dentre um bojo de instrumentos de mobilização coletiva que denunciam um padrão de táticas de obstruir, adiar e negar direitos e interesses de grupos sociais atingidos. Quilombolas e Indígenas, nesse intuito, têm estabelecido a proteção de suas territorialidades específicas para assegurarem a autonomia local, bem como para manterem e fortalecerem suas identidades coletivas.

“A luta é pelo nosso Rio!” – como afirma Cícera Pankará¹⁴. As representações e os significados atribuídos por Povos e Comunidades Tradicionais ao Rio São Francisco configuram enfrentamentos que exprimem interações amplas com o ambiente. Se de um lado os planejadores visualizam o Rio São Francisco como indutor de desenvolvimento, atribuindo à água um mero valor de comércio internacional, “abstraído de seu ambiente natural e feito para servir o imperativo crescimento industrial como um fim justificando os meios” – como acrescenta Worster (2008, p. 32); Os Povos e Comunidades Tradicionais, no sentido oposto, atribuem significados não quantificáveis ao Rio, que assume sentido para as existências e identidades étnicas¹⁵.

Tenhamos em vista o emergente confronto de indígenas e quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste. O município de Itacuruba, escolhido para abrigar o megaprojeto, é o mesmo que fora eleito para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, responsável por inundar em 1988 a antiga sede municipal e as terras de uma população que foi compulsoriamente deslocada. Em 2006, a “nova” Itacuruba foi apontada pelo Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (CREMEPE) como a cidade brasileira com o maior índice de suicídios nacional, bem como 63% de sua população com problemas de sofrimento mental¹⁶.

¹⁴ Depoimento realizado na oficina do Projeto Nova Cartografia Social em 11 jul. 2018.

¹⁵ Na direção de estudos que problematizem as diferentes significações do Rio São Francisco para Povos e Comunidades Tradicionais em contextos de disputas com os grandes empreendimentos ver Monteiro (2008) e Schillaci (2017).

¹⁶ Notícias intituladas: “Sertanejos sofrem com depressão”. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2007/05/25/sertanejos-sofrem-com-depressao/>. [Acesso em 27 nov. 2018]; “Itacuruba afogada na tristeza”. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2007/05/27/itacuruba-afogada-na-tristeza/>. [Acesso em 27 nov. 2018]; “Dependência química preocupa em Itacuruba”. Disponível

Os três povos indígenas e as três comunidades quilombolas territorializadas no município têm sofrido com dispositivos do Estado que, sistematicamente, reduzem a complexidade das relações étnicas, desconsiderando as dimensões políticas e simbólicas que lhes são pertinentes. Somatizando aos irreparáveis danos surgidos com a intervenção do megaprojeto anterior, os agentes sociais passam agora a conviver com severas dimensões do sofrimento social provocadas pelo medo da instalação de um novo empreendimento no Rio São Francisco.

Não obstante, estes têm articulado uma rede mobilizatória que vêm aglutinando diferentes agentes e agências que partilham de uma solidariedade política no confronto com a central nuclear. A Articulação Sertão Antinuclear, como ora é chamada, é a unidade de mobilização que canaliza manifestações públicas que indicam ao restante da sociedade as problemáticas na construção de um complexo energético nuclear nessa região do Sertão (SILVA e FIALHO, 2020).

Povos e Comunidades Tradicionais de Itacuruba; Igreja Católica na figura da: Diocese de Floresta, Arquidiocese de Recife e Olinda, Comissão Pastoral da Terra, Comissão Pastoral de Pescadores, Conselho Indigenista Missionário; Indígenas e quilombolas de outras regiões; Articulação Antinuclear Brasileira; parlamentares de Pernambuco; grupos de pesquisas da Universidade de Pernambuco (UPE), para citar alguns dos que compõem uma ampla e complexa rede que se amplia no confronto com o megaprojeto em Itacuruba.

Diversas ações já foram e vêm sendo realizadas no sentido de ampliar a discussão e propor alternativas de desenvolvimento que priorizem a segurança humana, política e social das pessoas dessa região. Podemos citar, a exemplo: A Caminhada Antinuclear: Opará contra a morte nuclear, promovida pela Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPÉ); As audiências públicas convocadas pela Comissão de Direitos Humanos da ALEPE; A caminhada antinuclear que percorreu os municípios de Mirandiba, Carnaubeira da Penha, Floresta e Itacuruba; a Carta de Itacuruba; a Carta de Floresta; entre outros eventos que vêm sendo promovidos nos mais variados espaços.

em: <http://www.cremepe.orNg.br/2011/08/25/dependencia-quimica-preocupa-em-itacuruba/>. [Acesso em 27 nov. 2018].

Figura 4 – Caminhada Antinuclear: Opará contra a morte nuclear.



Fonte: Silva (2019).

Diferentes e criativas formas de ação política tem constituído o atualizado repertório confrontacional de Povos e Comunidades Tradicionais, entre as quais estão as cartografias sociais elaboradas por esses agentes como reivindicação da ideia de desenvolvimento que invisibiliza os grupos sociais atingidos. Figurar num mapa, estar ausente, ou até mesmo sumir dele, têm desvelado um campo de conflitos, poder, desigualdades e lutas coletivas no Sertão de Pernambuco¹⁷.

Estar no mapa

“Nada pra nós, sem nós!” – como têm afirmado a liderança quilombola Valdeci Ana. Elaborar as próprias cartografias é, justamente, uma reação à produção de ausências que tem desfocado a existência de Povos e Comunidades Tradicionais nas áreas atingidas por megaprojetos energéticos. Estar no mapa é dizer que estamos aqui, que resistimos e que devemos ser considerados.

E é isso que a gente tem que mostrar para o povo, mostrar para a sociedade como um todo [...], o pessoal acha graça quando eu digo: Nada pra nós, comunidades, que seja índio, que seja quilombola, que seja cigano que seja... nada pra nós sem nós! Por isso que é muito bom a gente entrar no trabalho da cartografia. É um trabalho feito por nós.

(Valdeci Ana - Quilombo de Poço dos Cavalos. Depoimento realizado no Encontro do Projeto Nova Cartografia Social em Juazeiro – BA em set. 2017).

¹⁷ Ver Silva (2020).

A gente se interessa pela cartografia para que seja anunciado na mídia, ou seja lá onde for, que ali existem indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, toda população, ali em torno de onde quer ser feito a usina nuclear.

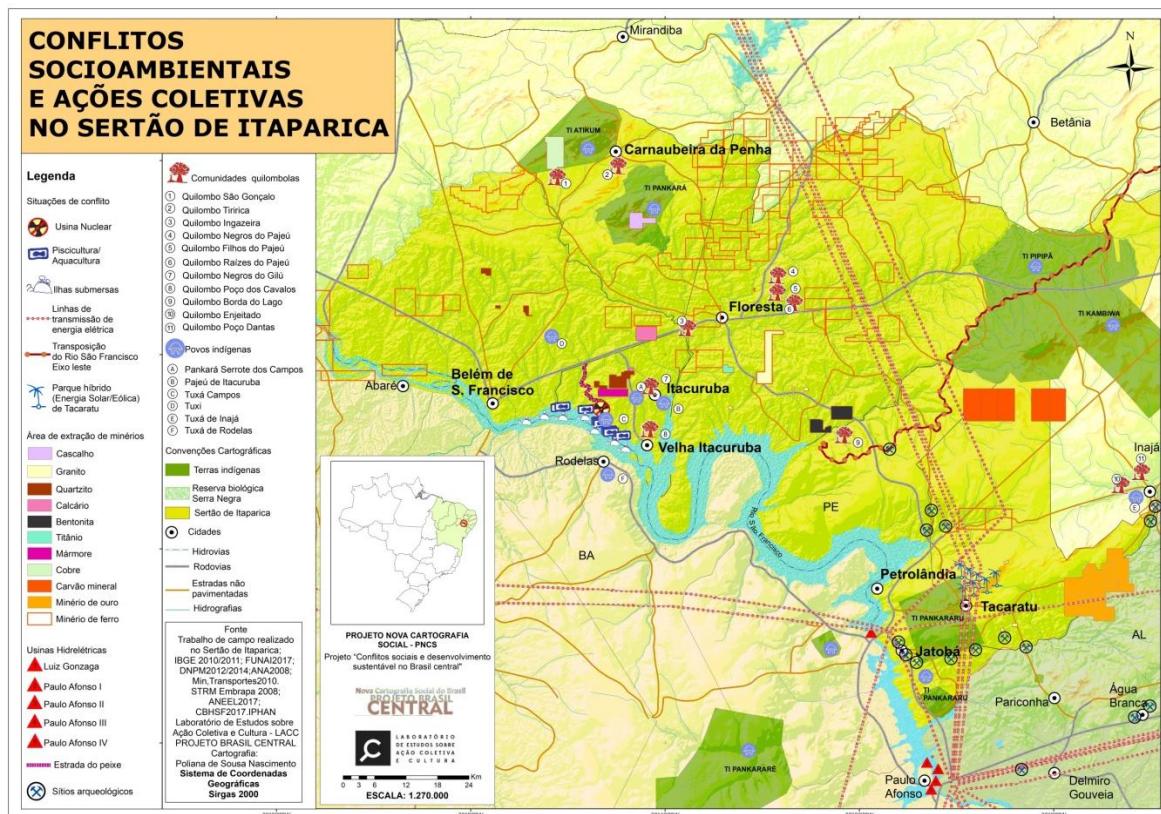
(Jorge Carvalho de França - Povo Pankará. Depoimento realizado em oficina do Projeto Nova Cartografia Social em mai. 2018).

Os mapas elaborados pelos Povos e Comunidades Tradicionais no Sertão de Pernambuco evidenciam, ao contrário dos registros cartográficos oficiais, as existências coletivas, as potencialidades locais, bem como as problemáticas e os conflitos socioambientais que os afligem. Simultaneamente, tem nos possibilitado, enquanto integrantes do Projeto Nova Cartografia Social, construir um trajeto de pesquisas que enfatiza dados socioantropológicos e ambientais perversamente negligenciados e banalizados nas arenas de ação e negociação de megaprojetos.

Num panorama mais amplo, temos debatido como as políticas de energia e mineração têm se configurado como o eixo integrador de como operam as instituições e o poder moderno, destrinchando as situações identitárias, ambientais e econômicas dessa região através de uma lente antropológica. As atividades do Projeto Nova Cartografia Social no Sertão de Itaparica podem ser visualizadas em dois importantes materiais produzidos nesse campo, o primeiro, um Mapa Síntese sobre as ações coletivas de Povos e Comunidades Tradicionais e os conflitos socioambientais persistentes nessa região, e o segundo, um Boletim Informativo sobre o projeto de construção da Central Nuclear do Nordeste em Itacuruba¹⁸

¹⁸ Ambos os materiais estão disponíveis no site do Projeto Nova Cartografia Social: <http://novacartografiasocial.com.br/download/01-resistimos-para-existir-dizemos-nao-a-usina-nuclear-no-sao-francisco/> [Acesso em 15 abr. 2020].

Figura 5 – Mapa Síntese do Sertão de Itaparica – PE.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social (2019).

O mapa, podendo assumir naturezas distintas, tem a capacidade de definir o que se quer que exista enquanto constituição formal e política. Apresenta-se, então, como um instrumento de reconhecimento da presença e da existência de algo, de alguém ou de alguma coisa, em dado recorte físico e geográfico. Nessa direção, o mapa é o próprio símbolo de constituição de uma ordem social que é, ao mesmo tempo, uma ordem espacial, “ele disseminaria esquemas de percepção do espaço que vão ganhando realidade na medida em que o conhecimento territorial é também um meio de produção deste território” (ACSERALD, 2013, p. 13).

O discurso cartográfico se apresenta, então, como retórico, persuasivo e performático, servindo, por um lado, às ações estatais de vigilância, preservação da ordem e controle de cidadãos e cidadãs, mas também de criação de mitos que convêm à manutenção do *status-quo* territorial (HARLEY, 1995 *apud* ACSELRAD, 2015). Como afirma Benedict Anderson (2008), o mapa configura, assim como o censo e o museu, uma instituição definidora na construção

de uma sociedade nacional, sendo um elemento que se apresenta historicamente como forma de dominação, de controle e de manutenção da ordem.

Estar no mapa, nessa direção, é projetar subversões de poder simbólico e territorial, é fazer visíveis realidades tornadas ausentes pela invisibilidade, omissão e silêncio. As práticas de cartografia social têm refletido, no Sertão de Pernambuco, lutas coletivas por reconhecimento identitário e territorial, bem como de confrontações à política desenvolvimentista do Estado. Essas lutas se inserem num panorama de enfrentamento à lógica predominantemente capitalista que, por sua vez, contrasta com a presença de Povos e Comunidades Tradicionais nos seus territórios.

O Boletim Informativo e os mapas que o compõem, intitulado pelos Povos e Comunidades Tradicionais como “Resistimos para existir: dizemos não à usina nuclear no São Francisco!”, têm se convertido em um instrumento político para os agentes sociais no dado confronto com a Central Nuclear do Nordeste. Nessa direção, o mapa é o próprio fio condutor de ações políticas que constituem o repertório confrontacional (NEVES e FIALHO, 2019). Nestes mapas, destacam-se as formas de resistência coletiva, as lutas pela demarcação dos territórios e, sobremaneira, a conformação de uma solidariedade política entre os Povos e Comunidades Tradicionais nessa região.

Os mapas revelaram aspectos fundamentais na compreensão dos conflitos que envolvem os Povos e Comunidades Tradicionais no Sertão. O primeiro diz respeito ao conjunto de empreendimentos e de intervenções no contexto socioambiental. Pode-se elencar desvios no curso do Rio São Francisco, mudanças no nível do rio e construção de lagos, instalação de torres de transmissão de energia elétrica, instalação de parque híbrido de energia solar e eólica, exploração mineral. Tal conjunto nos coloca a necessidade de entender como opera o Estado moderno e a política econômica; a energia, nessa direção, se apresenta como eixo integrador de como operam as instituições e o poder moderno.

Por consequência, vamos ter, como segundo aspecto a ser revelado, a diversificação de estratégias e de ações coletivas que começam a operar no vácuo da ação estatal e no enfrentamento aos consórcios e corporações que se expandem para regiões historicamente relegadas e conhecidas como atrasadas, como o Sertão de Itaparica. O problema que caracteriza esse novo contexto de conflito e de confrontos é o abandono do plano legislativo dos embates, por parte dos empreendedores, que passam a apostar no plano administrativo

dos processos, envolvendo a fragilização dos mecanismos de licenciamento e estruturando as instituições de capital técnico e político capazes de garantir seus objetivos. Assim tem ocorrido com as organizações estatais que se comportam como provedoras das iniciativas do capital privado.

Analizar o mapa como o confronto de interesses nos leva a identificar uma genealogia alternativa do poder moderno, que tem a produção energética no seu foco, e dos jogos de poder relacionados ao controle sobre a vida e a população e seu direito de existir. O caminho metodológico de entender esse campo social a partir dos Povos e Comunidades Tradicionais é, justamente, a possibilidade de complexificar a leitura dos contextos sociais que envolvem os megaprojetos, o desenvolvimento e uma consequente violação de direitos humanos.

Considerações finais

O confronto político de Povos e Comunidades Tradicionais com megaprojetos energéticos no Sertão de Pernambuco destaca um repertório de ações coletivas estabelecidas pelos agentes sociais no contexto da esfera pública, visibilizando as várias formas de existir e, sobremaneira, persistir na luta por direitos coletivos. As denúncias, as manifestações públicas, as cartografias sociais, entre tantas diversificadas formas de ação política emergente nesse confronto, comunicam um atualizado movimento de lutas sociais e formas de subversão das estruturas de poder hegemônicas.

Neste trabalho, constatamos que os confrontos políticos são atuais, no entanto visibilizam uma série de assédios provocados pela intervenção de obras de infraestrutura que incidem nessa região desde os anos de 1970 e se firmam na atual conjuntura política neoliberal. O repertório confrontacional no Sertão de Pernambuco projeta-se, então, em pronta resposta a produção de um campo social da decadência que têm subjugado ao passo do tempo os agentes sociais nas arenas de negociação dos megaprojetos.

O Sertão de Pernambuco nos é um recorte social privilegiado na observação de confrontos políticos com o Estado, justamente, por confluir uma série destes. O conjunto de ações políticas surgidas nesse contexto têm revitalizado antigas formas de resistências a uma velha e ininterrupta proposta de induzir o desenvolvimento de atividades produtivas pelo Rio São Francisco.

Nessa direção, o Rio confluí um campo de disputas em detrimento dos diferentes interesses em torno dele, são opostas às significações do São Francisco para os lados do confronto. Se para os megaprojetos energéticos, exemplificado na Central Nuclear do Nordeste, as águas do Rio São Francisco tem um sentido economicamente atribuído à necessidade de resfriamento de reatores nucleares, os agentes sociais têm uma percepção e valoração de um Rio que se atribuem dimensões outras, não quantificáveis, que assumem e dão sentido às existências e identidades coletivas.

Atentar para os mecanismos de resistências de Povos e Comunidades Tradicionais é estar consciente de que apesar dos processos de mundializações, que fazem com que não encaremos a projeção de um megaprojeto como algo localizado, os lugares permanecem singulares e devem, por isso, ser compreendidos em suas particularidades. Devemos, então, compreender o campo multifacetado e difuso dessas relações entre o local e o global, buscando identificar eventos, situações e agências que compõem os acontecimentos contínuos e os processos que refletem as nuances das relações de poder.

O repertório confrontacional nessa região do Sertão tem estabelecido uma construção argumentativa que impede que a projeção de novos empreendimentos seja tratada a partir da ideia de uma tábula rasa. E, nesse sentido, é importante considerar que as questões sociais e ambientais que estão no entorno de um megaprojeto energético não devem ser tratadas separadamente ou por último, pelo contrário, devem estar em pé de igualdade com os fatores ditos “técnicos” e “econômicos” no próprio processo de planejamento.

Se de um lado os confrontos políticos denunciam um bojo de violências, de outro se evidenciam os mecanismos de resistência que são criativamente reelaborados em contextos de conflitos socioambientais, o que demanda das ciências sociais reflexões que deem conta de problematizar as desigualdades de poder que ancoram a arena de negociações de projetos ditos de “interesse nacional”, mas que acoplam um complexo *lobby* de interesses que não são da esfera nacional e pública.

Os confrontos políticos de indígenas e quilombolas, nessa direção, têm possibilitado a produção de uma série de estudos que exploram como nos contextos locais se produzem estratégias para a sobrevivência, autonomia e acesso aos direitos sociais que são constitucionalmente assegurados. Tais investigações se contrapõem às interpretações de

espaços cristalizados como vazios e decadentes e chamam atenção para as existências e resistências dos grupos sociais às políticas desenvolvimentistas.

Referências

ACSELRAD, Henri. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização – anotações de leituras. In: ACSELRAD, Henri; GUEDES, André Dumans; MAIA, Laís Jabace (org.). **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Repensando a ação antropológica: prefácio à edição de 2016. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 6, n. 1, mai., 2004.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, jun. 2012.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. *École normale supérieure*, 1976. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Editora Fim de Século, 2003.

FIALHO, Vânia. Problematizando a garantia dos direitos quilombolas: arenas de negociação e ações do estado. **Revista Ambivalências**, v. 4, n. 7, p. 155-176, jan./jun. 2016.

FRIEDEMANN, Nina de. Estudio de negros en la antropología colombiana: presencia e invisibilidad. In: AROCHA, Jaime; FRIEDEMANN, Nina de. (org.) **Un siglo de investigación social**: antropología en Colombia. Bogotá: Etno, 1984.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48. 2009.

MONTEIRO, Eliana de Barros. **Eu já vi água ir embora (...) com natureza não se mexe, (...) eu já vi água ir embora**: os Truká (PE), “grandes projetos” e o sentido da territorialidade no exercício da cidadania indígena contemporânea Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

NASCIMENTO, Poliana; FIALHO, Vânia; SILVA, Whodson. Povos e Comunidades Tradicionais e mineração no Sertão de Itaparica (PE). In: ALMEIDA, Alfredo W. B. de et al. **Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas**. Manaus: UEA Edições, 2019.

NEVES, Rita; FIALHO, Vânia. Nova cartografia social: experiências metodológicas e repertório confrontacional no Nordeste do Brasil. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 52, 31 maio 2019.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA - PNCSA. **Resistimos para existir: dizemos não à usina nuclear no São Francisco**. 2019. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/01-resistimos-para-existir-dizemos-nao-a-usina-nuclear-no-sao-francisco/> [Acesso em 15 abr. 2020].

RESTREPO, Eduardo. “Estudios afrocolombianos” en la antropología: tres décadas después. em Colombia. In: ARTURO, Julian et al. **Antropologías en Colombia: tendencias y debates**. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos estudos**, v. 80, p. 109-125. 2008.

SCHILLACI, Manuela. **Religiosidade Truká e o Rio São Francisco (PE): um estudo da violência simbólica das grandes obras**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 01. 2002.

SILVA, Whodson. Sumir do mapa e outros scripts: táticas de resistir a central nuclear em Itacuruba. **Revista Continente**, ed. 231, março de 2020.

SILVA, Whodson. **O conto das quatro mil almas: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia (ed.). Articulação Sertão Antinuclear: dizemos não à usina nuclear em Itacuruba, no Nordeste e no Brasil! **Cadernos do Projeto Nova Cartografia Social**. 2020. [no prelo].

SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia. Existências e resistências: dinâmicas e tensões de povos tradicionais no campo do desenvolvimento energético no Sertão de Itaparica. **II Seminario Internacional Megaproyectos, Actos de Estado, Pueblos y Comunidades tradicionales**. Cali – Colômbia, 2018.

VIEIRA, Flávia et. al. Povos e comunidades tradicionais de Itacuruba: o rinoceronte, dramas e resistências em contextos de desenvolvimento. In: ARAÚJO, Helciane; ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Nova Cartografia Social dos conflitos por território no Brasil Central**. 1. ed. Manaus: UEA Edições, 2019.

WORSTER, Donald. Pensando como um rio. In: ARRUDA, Gilmar. **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.